

Setor financeiro 'disposto a colaborar'

Da sucursal de
BRASÍLIA

O professor Octávio Gouvêa de Bulhões, ex-ministro da Fazenda do governo Castelo Branco, foi o primeiro a chegar à reunião de ontem do Conselho Monetário Nacional (CMN), no Ministério da Fazenda. Crítico rigoroso da pauta do CMN, on topa de chamá-lo de "conselho inflacionários", por só aprovar liberação de recursos, Bulhões chegou às 8h30, três horas antes do início da reunião, por acreditar no "pacote" que veio a endossar as suas teses de retirada violenta dos subsídios, embora sem o complemento da desindexação da economia brasileira.

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, defensor da manutenção dos reajustes automáticos vinculados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apenas ao salário mínimo, também chegou para a reunião do CMN com muita antecedência e ficou conversando com Bulhões e o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Quem chegou atrasado foi o ministro do Planejamento, Delfim Netto, a ponto de gerar a expectativa sobre a sua vinda ou não. Mas, ao contrário da reunião de maio, Delfim compareceu para conter o descontentamento dos representantes do setor privado quanto à ausência no "pacote" da proposta de desindexação.

O diretor-superintendente do grupo Itaú, José Carlos Moraes de Abreu, confessou, antes da reunião, que o setor privado já compareceu à sala do CMN ciente de que "é mino-

ria e será sempre vencido, porque isso faz parte do sistema". Embora o setor privado tenha consenso a favor da desindexação e seus representantes chegassem juntos ao Ministério da Fazenda, Moraes Abreu observou que o sistema não permite a formação de um bloco privado para contestar as posições da maioria representada pelos homens do governo: "cada um pode falar individualmente".

O CMN abriga apenas autoridades e representantes do empresariado. O diretor do Itaú concordou que, em muitos casos, as medidas atingem mais os trabalhadores assalariados. Porém, afirmou que as decisões de ontem promoveram a distribuição dos sacrifícios diante da crise econômica do País.

Segundo Moraes Abreu, o sistema financeiro participará dos sacrifícios no mesmo nível dos demais setores "e está disposto a colaborar". Lembrou que a antecipação do recolhimento do Imposto de Renda representará para os bancos "pesadíssimo encargo, em termos de rentabilidade", embora ainda não dimensionável.

À entrada da reunião do CMN, os banqueiros já antecipavam que as medidas não garantem a baixa dos juros e culpavam a falta de qualquer voto a favor da desindexação. O diretor do Itaú negou que essa postura contrária à expectativa de queda dos juros represente tentativa de repor o lucro perdido com a antecipação do Imposto de Renda: "É que os bancos aplicam basicamente recursos da captação remunerada e está difícil prever o efeito da retirada dos subsí-

dios sobre a expectativa inflacionária. Também a elevação do compulsório sobre depósitos a prazo e a vista em 5% reduz o efeito da liberação do crédito e é conflitante com a proposta do governo de reduzir o custo do dinheiro".

A reunião começou às 11h30, sob a vigilância do onipresente diretor para o Brasil do Fundo Monetário Internacional, Alexandre Kafka. O secretário-executivo do Programa Grande Carajás e ex-presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, abriu o longo debate sobre o crédito rural, ao argumentar que a queda dos subsídios reduzirá a área de plantio na próxima safra. Embora dirigente do Programa Carajás, Jost representa no CMN os interesses da iniciativa privada.

O presidente do Banco Central explicou que a duração de quatro horas refletiu a participação "muito intensa" dos representantes do setor privado na reunião. A discussão ampliou-se em torno da questão da desindexação, principalmente dos salários, mas os empresários não obtiveram qualquer compromisso dos ministros da Fazenda e do Planejamento.

Eventuais divergências à parte entre Langoni, de um lado, e Delfim e Galvêas, de outro, um participante notou o abatimento do presidente do Banco Central, ao longo da reunião. Depois, Langoni prestou a habitual declaração, sem permitir apartes, às emissoras de rádio e TV, e foi rápido com os demais jornalistas. Mas deixou o Ministério da Fazenda no carro de Galvêas.